

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Há cerca de três anos, o grupo sueco IKEA anunciou a sua pretensão de construir uma nova área comercial no concelho de Loulé. A assembleia municipal de Loulé aprovou, no passado dia 8 de fevereiro, o Plano de Urbanização Caliços-Esteval, abrindo deste modo caminho para a construção da nova área comercial do grupo IKEA.

A crise económica e financeira que atinge Portugal está a ter consequências dramáticas na destruição do tecido produtivo e de postos de trabalho, atingindo brutalmente a generalidade das micro, pequenas e médias empresas. Os seus impactos fazem-se sentir de forma significativa no pequeno comércio/comércio tradicional. Esta situação é agravada pelo crescimento desenfreado das grandes superfícies comerciais, assim como pela desregulação dos horários comerciais, ameaçando tornar residuais os formatos tradicionais de comércio.

Uma das causas, senão a principal causa estrutural, da difícil situação do comércio tradicional é a liberalização do licenciamento das grandes superfícies comerciais. Desde o início dos anos 90 foram licenciados 4 milhões de metros quadrados de nova área comercial, o que dá um recorde europeu: mais de 400 metros quadrados de superfície comercial por mil habitantes, superior ao rácio existente na Suécia, apesar de este país ter um PIB *per capita* quase 2,5 vezes superior ao português.

A par do crescimento exponencial da área comercial, verificou-se também um poderoso movimento de concentração e um crescente desequilíbrio dos formatos. No sector do comércio não alimentar as cotas de concentração de vendas sobem, com destaque para o subsector dos equipamentos para o lar e materiais de construção, através do IKEA e Leroy Merlin/AKI. Estes níveis de concentração e desequilíbrio entre a grande distribuição e o comércio tradicional são particularmente elevados, mesmo no contexto europeu, continuando a evoluir no sentido monopolista/oligopolista.

O PCP tem defendido a fixação de um quadro legal que garanta o equilíbrio entre os diversos formatos comerciais, bem como um ordenamento do território e um urbanismo comercial que

salvaguardem uma perspetiva integrada e valorizadora do desenvolvimento económico e de proteção do ambiente.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, o seguinte:

1. Como avalia o Governo o impacto no comércio tradicional da abertura da nova área comercial do grupo IKEA no concelho de Loulé?
2. Contabilizou o Governo o número de encerramentos e falências de pequenos estabelecimentos comerciais, assim como de desempregados, que resultarão, inevitavelmente, da abertura de mais esta grande superfície? Que medidas irão ser tomadas para defender o comércio local e salvaguardar os postos de trabalho?
3. Concorde o Governo que terrenos da Reserva Agrícola Nacional possam ser afetos à construção de superfícies comerciais, em vez de serem afetos a atividades agrícolas, diminuindo desse modo a capacidade produtiva nacional?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2013

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)